



ACÓRDÃO Nº 65/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10745/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucurituba.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Rudolf Vasconcelos de Oliveira - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP, DICAMI e DICREA.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4621/2016-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls.680/683).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucurituba. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Encaminhamento. Comunicação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Rudolf Vasconcelos de Oliveira**, responsável pela Câmara Municipal de Urucurituba, no curso do exercício de 2014, nos termos, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de danos ao erário, conforme as irregularidade nº 1, 3, 6, 7, 10, 11, 12, e 14 detectadas pela DICAMI, nº 1, 3, e 5 detectadas pela DICREA e nº 1.2, 1.4, 2.1 e 2.2 detectadas pela DICOP;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Rudolf Vasconcelos de Oliveira**, no valor de **R\$ 278.819,07** (duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e sete centavos) nos termos do art. 304, I, da Resolução nº 04/2002-RITCE, sendo:
 - 9.2.1. O montante de **R\$ 213.821,80** (duzentos e treze mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos) referente à de fraudes detectadas no controle de saída no estoque do almoxarifado. (Restrição nº 14-DICAMI);
 - 9.2.2. **R\$ 19.912,54** (dezenove mil, novecentos e doze reais e cinquenta



ACÓRDÃO Nº 65/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e quatro centavos), em razão de recursos aplicados e não comprovada a sua devida execução referente à Carta Contrato nº 004/2014, (restrição nº 2.2-DICOP);

9.2.3. R\$ 45.084,73 (quarenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e setenta e três centavos), em razão de recursos aplicados e não comprovada a sua devida execução referente à Carta Contrato nº 007/2014 (restrição nº 2.2-DICOP), devendo ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Urucurituba por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.3. Aplicar Multa ao Sr. Rudolf Vasconcelos de Oliveira** no valor de **43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) em razão de graves infrações às normas legais (irregularidades nº 1,3, 6, 7, 10, 11, 12, e 14 detectadas pela DICAMI, nº 1, 3, 4 e 5 detectadas pela DICREA e nº 1.2, 1.4 detectadas pela DICOP), prevista no inciso VI do art. 308 do RI/TCE-AM. Devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Rudolf Vasconcelos de Oliveira** no valor de 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) em decorrência da sonegação de documentos em inspeção *in loco*, nos termos do art. 308, I, “b”, da RITCE/AM. Devendo ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.5. Encaminhar os autos à DICREX** para a cobrança executiva dos valores imputados, de acordo com o que preceitua o art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 9.6. Comunicar** o Ministério Público do Estado do Amazonas, encaminhando cópia da documentação pertinente às irregularidades 2.1 e 2.2 da Notificação nº 002/2015-DICOP (fls. 154/155) para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);
- 9.7. Determinar** à Câmara Municipal de Urucurituba, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:



ACÓRDÃO Nº 65/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.7.1. Não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

9.7.2. Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;

9.7.3. Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei nº 10.028/2000), quanto aos RGF;

9.7.4. Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei Federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei federal nº 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, §2º, I, da Lei federal nº 8.666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei federal nº 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8666/93), entre outras;

9.7.5. Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei nº 2.423/96, que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;

9.7.6. Atenda ao disposto art. 74 da Constituição Estadual que determina a existência de um sistema de Controle Interno mantido por todos os poderes de forma integrada;

9.7.7. Elabore com eficácia e transparência o controle de entrada e saída de materiais, bem como, bom uso dos mesmos;

9.7.8. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



ACÓRDÃO Nº 65/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral